



**Universidade
Federal de Viçosa**

IPPDS

Instituto de
Políticas Públicas e
Desenvolvimento
Sustentável



Contrato de Prestação de Serviços 13/2014 - ABDI-UFV
Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial - PEDET

Relatório Produto I

Viçosa - MG
Janeiro - 2015

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministro Dr. Mauro Borges Lemos

Universidade Federal de Viçosa
Reitora Prof. Dra. Nilda de Fátima Ferreira Soares
Vice-Reitor Prof. Dr. Demétrius David da Silva

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Dr. Otávio Silva Camargo

Articuladores Políticos:

Prefeito de Ponte Nova, Dr. Paulo Augusto Malta Moreira
Deputado Estadual, Dr. Paulo Lamac

Entidades:

Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga de Minas Gerais - AMAPI
Associação dos Municípios da Zona da Mata Norte de Minas Gerais - AMMAN

Equipe Executora:

Profa. Dra. Suely de F. Ramos Silveira <i>Diretora do IPPDS e Coord. Geral do PEDET</i>	Profa. Dra. Elaine Aparecida Fernandes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>
Prof. Dr. Marco Aurélio Marques Ferreira <i>Coord. dos Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>	Prof. Dr. Luiz Antônio Abrantes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>
Prof. Dr. Marcelo José Braga <i>Coord. dos Estudos de Realidade Rural Municipal</i>	Profa. Dra. Rita de Cássia Pereira Farias <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Profa. Dra. Sílvia Harumi Toyoshima <i>Coord. Estudos Prospectivos</i>	Prof. Dr. Evandro Camargos Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Prof. Dr. Bruno Tavares <i>Coord. dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i>	Prof. Dr. Ronaldo Perez <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Prof. Dr. Erly Cardoso Teixeira <i>Coord. da Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial</i>	Profa. M.S. Gislaíne A. Santana Sediayama <i>Grupo de Estudos dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i>
Profa. Dra. Karla Maria Damiano Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>	Dra. Ana Paula Teixeira de Campos <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>

Estagiários:

Alice Rosado de Andrade <i>Mestranda em Administração pela UFV</i>	Marjorie Angélica Sabioni Ferreira <i>Mestranda em Administração pela UFV</i>
Anderson de Oliveira Reis <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>	Pedro Eni Lourenço Rodrigues <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>
Cícero Zanetti de Lima <i>Doutorando em Economia Aplicada pela UFV</i>	Rafael Jr. dos Santos Figueiredo Salgado <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>
Jéssica Natália da Silva <i>Graduanda em Administração pela UFV</i>	Tamires Mascarenhas de Vilhena <i>Mestranda em Economia Aplicada pela UFV</i>
Maria Cristina Cupertino <i>Mestra em Extensão Rural pela UFV</i>	

Equipe de Apoio:

Adilson Ferreira Faria	Júnior Henrique Valadares
Álvaro Jose Altamirano Montoya	Kamila Gabriela Jacob
Ana Laura da Costa	Leonardo Bueno Negreiros
André Ferreira Martins	Luana Ferreira dos Santos
Antônio Márcio Coutinho Oliveira Júnior	Lucas Pazolini Dias Rodrigues
Arthur Medeiros Moreira Loures	Luis Henrique Turci Oliveira
Cynthia Gonçalves	Natália Resende Silva
Débora Gonzaga Martin	Rômulo José Soares Miranda
Edimar Emiliano Soares Ramalho	Thiago Teixeira Sant'Ana e Castro
Gustavo Fonseca Oliveira	Vinícius de Souza Moreira
Joyce Santana Bernardo	Vitória Vivian de Barros da Silva

Sumário

1. O Território	5
2. Relação dos Municípios	5
3. Contextualização e razões para a elaboração do Plano Estratégico	5
3.1. <i>Primórdios do Território em estudo</i>	5
3.2. <i>A era do Café</i>	6
3.3. <i>O crack da Bolsa de Nova Iorque</i>	7
3.4. <i>As consequências da crise do café no Território em estudo</i>	8
3.5. <i>A situação atual dos municípios do Território em estudo</i>	9
3.6. <i>Panorama geral da região e a necessidade de uma ação conjunta estratégica</i> ..	10
4. Estudos e análises a serem realizados	11
<i>Primeira Fase:</i>	11
<i>Segunda Fase:</i>	11
<i>Terceira Fase:</i>	11
5. Plano de Trabalho	12
5.1. <i>Produto II: Avaliação de Situação - Estudo da Realidade Urbana</i>	12
5.2. <i>Produto III: Avaliação de Situação - Estudo da Realidade Rural</i>	14
5.3. <i>Produto IV: Estudos Diagnósticos Prospectivos</i>	15
5.4. <i>Produto V: - Estudo e Análise sobre viabilidade de implantação de Agroindústrias</i>	15
5.5. <i>Produto VI: Plano Estratégico de Desenvolvimento Local</i>	16
6. Cronograma	18
Notas:	18

Relatório Produto

1

1. O Território

O Território em pauta tem localização geográfica a sudeste do Estado de Minas Gerais, ocupando uma área de 9.689,48 Km² e somando 33 municípios (Figura 1). Destes, 30 integram a sub-região norte da Mesorregião Zona da Mata e são polarizados por Ponte Nova e Viçosa. E três, Mariana, Diogo de Vasconcelos e Alvinópolis, pertencem à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e são ligados aos primeiros por identidade cultural, social e econômica¹.

2. Relação dos Municípios

Os municípios para os quais será elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial estão relacionados com suas respectivas áreas e população no Quadro 1.

3. Contextualização e razões para a elaboração do Plano Estratégico

3.1. Primórdios do Território em estudo

O Território em estudo faz parte de uma região que foi colonizada por fluxo migratório derivado do declínio das zonas auríferas provinciais a partir de meados do Século XVIII.

A ocupação do território se deu paulatinamente por fazendas que obtinham a concessão das terras por cartas de sesmarias. Na medida em que as minas auríferas iam se exaurindo, o fluxo migratório se intensificava, com mais desbravamento de terras; as fazendas iam se constituindo e se dedicando às culturas de cereais, cana de açúcar

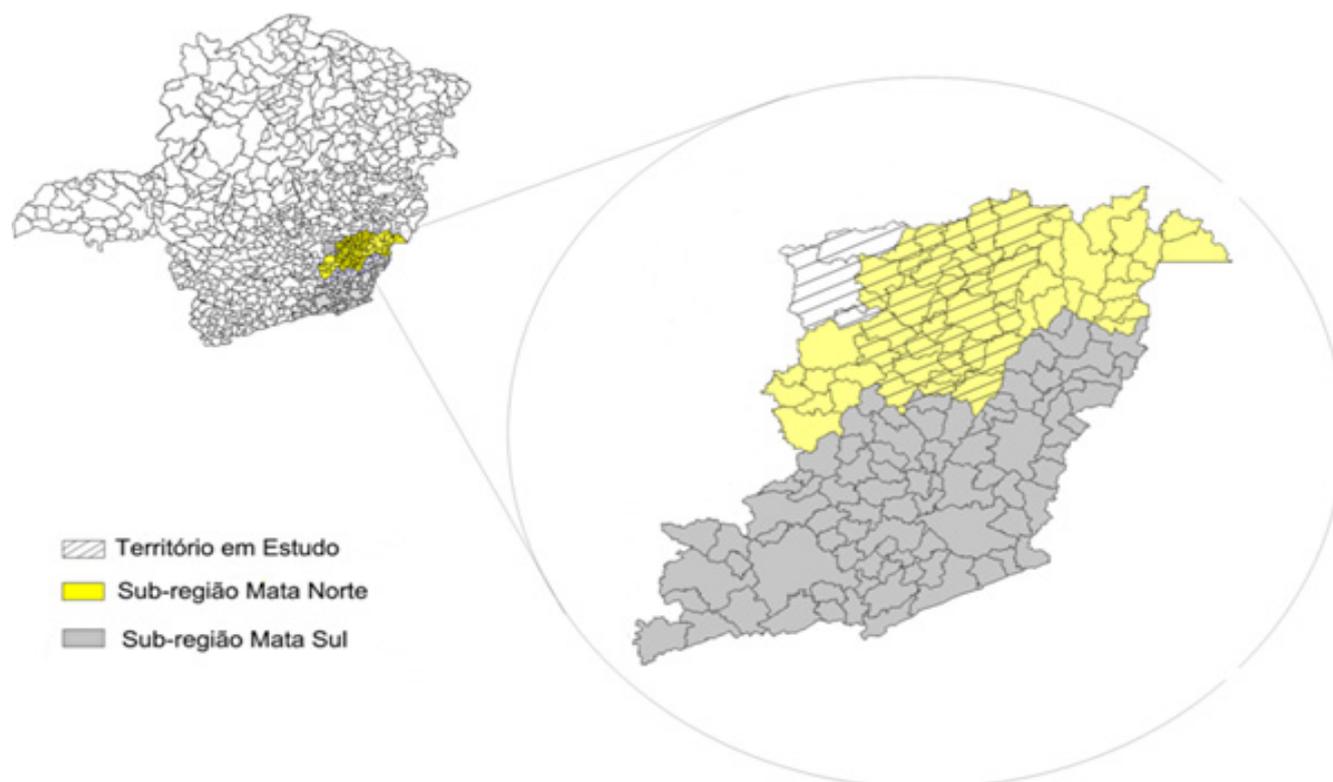


Figura 1 - Municípios do Território em estudo

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1.1- Relação dos Municípios do Território em estudo, área e população

Município	Área (Km ²)	População	Município	Área (Km ²)	População
1 Abre Campo	470,55	13.311	18 Pedra do Anta	163,45	3.365
2 Acaiaca	101,89	3.920	19 Pied. De Ponte Nova	83,73	4.062
3 Alvinópolis	599,44	15.261	20 Ponte Nova	470,64	57.390
4 Amparo do Serra	145,91	5.053	21 Porto Firme	284,78	10.417
5 Araponga	303,79	8.152	22 Raul Soares	763,36	23.818
6 Barra Longa	383,63	6.143	23 Rio Casca	384,36	14.201
7 Cajuri	83,04	4.047	24 Rio Doce	112,09	2.465
8 Canaã	174,90	4.628	25 Santa C. do Escalvado	258,73	4.992
9 Coimbra	106,88	7.054	26 Santo Ant. do Grama	130,21	4.085
10 Diogo de Vasconcelos	165,09	3.848	27 São Miguel do Anta	152,11	6.760
11 Dom Silvério	194,97	5.196	28 São Pedro dos Ferros	402,76	8.356
12 Ervália	357,49	17.946	29 Sem-Peixe	176,63	2.847
13 Guaraciaba	348,60	10.223	30 Sericita	166,01	7.128
14 Jequeri	547,90	12.848	31 Teixeira	166,74	11.355
15 Mariana	1.194,21	54.219	32 Urucânia	138,79	10.291
16 Oratórios	89,07	4.493	33 Viçosa	299,42	72.220
17 Paula Cândido	268,33	9.271			
Total				9.689,48	429.365

Fonte: elaboração própria.

car, café, fumo e à criação de gado, sob o regime de escravidão.

Essa ocupação ocorreu tendo como núcleo principal o atual Município de Ponte Nova, que originalmente era um povoado estabelecido às margens do Rio Piranga.

O cultivo da cana de açúcar foi favorecido pela aptidão das terras, estrutura fundiária e pelo regime de escravidão. Foram formadas grandes lavouras dessa cultura, desde o início dos anos 1800, viabilizando a implantação de engenhos, tornando a região produtora de derivados da cana, como o açúcar mascavo, rapadura e cachaça.

Mais adiante, o plantio da cana acabou adquirindo corpo e importância econômica chave, sendo que, já em 1886, foi inaugurado o primeiro engenho central pontenovense, ou usina de açúcar, que se tornaria a primeira indústria açucareira de Minas Gerais. O sucesso dessa usina incentivou a implantação de outras usinas de grande porte, o que levou esse município a viver um “ciclo do açúcar”, no qual se tornou o principal produtor de açúcar do estado, até os anos 1970, quando veio a entrar em declínio.

3.2. A era do Café

Mas, foi a partir das décadas finais do Século XIX, com a chegada da estrada de ferro, coincidindo com a abolição da escravatura, que veio a ocorrer a transformação social, cultural e econômica que moldaria a identidade da região. A estrada

de ferro rompeu o seu isolamento e promoveu a sua integração ao ambiente cultural da Zona da Mata Sul; a informação vinha agora pelo telégrafo e pelo correio; as viagens ao Rio de Janeiro passaram a ser viáveis, facilitando o contato com o progresso litorâneo e o comércio se intensificou, experimentando a região um novo estilo de vida.

Sobretudo, a estrada de ferro, ao permitir a expansão da cultura cafeeira, tornou a região agroexportadora, tal qual o era o restante da Zona da Mata. A forte demanda por mão de obra provocada por essa cultura, incentivou outro fluxo migratório, desta vez vindo pelo sul, que incluía estrangeiros, principalmente italianos e portugueses. A prosperidade do café trouxe uma riqueza que a região jamais conhecera; os povoados ficaram compactos, dinâmicos e contínuos, e logo se transformavam em cidades, crescidas com casario e jardins, calçamento de ruas, água encanada e serviços de esgoto, como relata o historiador Paulo Mercadante².

Em termos regionais, no início do Século XX, a Zona da Mata, considerada pelos seus atuais limites territoriais, era polarizada por Juiz de Fora, então o maior centro industrial do estado, e tendo vários municípios como centros regionais, como Cataguases, Muriaé e Ubá, na porção sul; Ponte Nova e Viçosa na porção norte; e Manhuaçu na porção nordeste. Toda essa região experimentava, nesses idos, graças ao café, um surto de desenvolvimento econômico que a tornava a região mais rica e próspera de Minas Gerais. Foram com os

recursos proporcionados pelo café dessa época, por exemplo, que o recente republicano Estado de Minas Gerais conseguiu construir a sua nova capital, Belo Horizonte, em finais do Século XIX.

Todavia, essa prosperidade teve prazo de validade. A partir dos anos 1930 condições adversas no cenário internacional colocaram um fim a esse ciclo.

3.3. O crack da Bolsa de Nova Iorque

A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, que precipitou o pior e mais longo período de depressão econômica do Século XX, veio alterar abruptamente esse ambiente de prosperidade que o café proporcionava à região. A “Grande Depressão”, como ficou conhecido o período que se seguiu à quebra da Bolsa, provocou uma drástica retração do consumo mundial do café, o que derrubou tanto os volumes das exportações brasileiras do produto quanto o seu preço. Esse evento desencadearia uma série de consequências no Brasil, culminando até em golpe de estado, representado pela Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e a inauguração de uma nova era política e econômica no país.

Os anos de 1930 marcaram um ponto de inflexão na trajetória da economia brasileira, que até ali era resumida em modelo agroexportador, tendo o café como produto predominante. Esse modelo funcionava bem na medida em que o Brasil praticamente dominava um mercado internacional ávido por café. Essa predominância de volume de exportação dava ao país o poder de monopólio, possibilitando o virtual controle dos preços finais do produto. Com esse poder sobre o mercado, o governo acostumou-se a influenciar os preços do café, restando os eventuais excedentes quando havia superprodução (comprava e destruía); e deixando os preços subirem quando a demanda superava a oferta. Dessa forma, na perspectiva interna, essa política tornava altamente rentável a cultura do café; porém, como observou Celso Furtado, essa maneira de administrar o principal produto de exportação do país não era sustentável: promovia a ineficiência de um lado, ao garantir lucros ao negócio sob quaisquer condições, e, de outro, incen-

tivava o aumento contínuo da produção, já que a oportunidade do negócio ficava perene. Mas, o governo não conseguiu mais realizar manobras de preços a partir de 1929. E a situação dos produtores mudou radicalmente.

A Grande Depressão veio desmoronar a política brasileira na comercialização do café, e o setor cafeeiro nacional sofreu um choque brutal, ainda que não tenha inviabilizado a cultura no país.

Para a Zona da Mata mineira os efeitos foram dramáticos e praticamente alijou a região da produção cafeeira nacional. Ficou evidente a debilidade com que a cultura estava assentada na região e que lhe tirariam as condições de se manter como produtora competitiva de café, em comparação com outras áreas produtoras no país. O aumento do volume de produção de café na Zona da Mata, dera-

Os anos de 1930 marcaram um ponto de inflexão na trajetória da economia brasileira, que até ali era resumida em modelo agroexportador, tendo o café como produto predominante. Esse modelo funcionava bem na medida em que o Brasil praticamente dominava um mercado internacional ávido por café.

se pela expansão da cultura sobre áreas virgens, tomadas das matas nativas, seguindo a mesma lógica desde quando transpôs o Paraíba; era assim porque, do contrário, se a produção ficasse restrita a somente uma determinada área, implicaria que o volume da produção seria decrescente. As lavouras mais antigas ficavam “cansadas”, isto é, iam esgotando as terras, tornando-se pouco produtivas com o passar do tempo – por isso, mais matas iam sendo tomadas em sequência, para manter ou aumentar a produção total; e mais dependentes de preços altos ficavam os produtores, na medida em que a maioria da produção sempre vinha das terras ‘cansadas’, aquelas de baixa produtividade, que se tornavam viáveis graças aos preços compensadores, garantidos pelas manobras do governo no mercado internacional.

Quando veio a Grande Depressão, os preços internacionais do café despencaram sem que o governo conseguisse sustentar a sua política de garantia de preços compensadores. Então, sobreveio aos produtores brasileiros, uma situação crítica: não só os preços do café repentinamente passaram a não remunerar nem os seus custos de produção, como a produção nacional ficou superdimensionada em função da nova demanda corrente, reduzida drasticamente pela depressão econômica internacional.

Não havendo perspectivas de melhoria, os produtores da Zona da Mata mineira aderiram em

massa aos programas do governo de erradicação da cultura, substituindo os cafezais em geral pelas pastagens. O resultado final foi que, a partir daí, o café deixou de ser o esteio econômico da Zona da Mata. A cultura ficou remanescente somente nas imediações de Manhuaçu, onde tinha encontrado condições propícias de altitude e clima e por perseverança dos produtores locais, que optaram por enfrentar os anos de crise e não erradicaram os cafezais.

Em termos nacionais, persistiram no ramo cafeeiro áreas de produção de maior competitividade, especialmente São Paulo e o Norte do Paraná, onde se conseguia melhor produtividade em função de uma produção de maior nível tecnológico, em terras mais férteis e mais moderna malha ferroviária para escoamento.

O período de prosperidade ocasionado pelo café na Zona da Mata durou cerca de cinquenta anos apenas. Se esse período foi o bastante para promover a urbanização e uma industrialização significativa de Juiz de Fora, não possibilitou que esse desenvolvimento industrial alcançasse plenamente os municípios da porção sul, e quase nada na sua porção norte e nordeste.

O historiador Paulo Mercadante deduziu que, “não fosse a debilidade da lavoura cafeeira na Mata, o surto industrial teria alcançado toda a zona”. Ou seja, por esse raciocínio, a região de Ponte Nova e Viçosa, poderiam completar as suas trajetórias econômicas, vivendo um “ciclo industrial”, por exemplo, se a fase do boom do café perdurasse por mais tempo.

Encerrado o ciclo do café, o Município de Juiz de Fora, que fora o centro industrial de Minas Gerais até então, perdeu a sua primazia nessa área e não mais acompanhou o desenvolvimento industrial que o país viveria dali para frente, que foi marcado pela política de substituição de importações, como a implantação de indústrias baseadas no aço, por exemplo, que veio a ocorrer principalmente em São Paulo.

Juiz de Fora só conheceria novo período de desenvolvimento a partir da década de 1960.

3.4. As consequências da crise do café no Território em estudo

No Território em estudo, a erradicação dos cafezais teve consequências negativas imediatas, como de resto em toda a Zona da Mata e o Brasil. Mas, não só pela erradicação dos cafezais *per se*. Considerado o longo prazo, a região entrou em decadência econômica porque deixou de ser agro-exportadora – e permaneceu em decadência porque não conseguiu construir um eixo econômico alternativo, desde então.

As pastagens, substitutas principais dos cafezais, jamais conseguiram reproduzir o processo de geração de riqueza ao nível do que o café isoladamente proporcionou; na realidade, nenhuma atividade rural conseguiu aí se estabelecer de forma competitiva e, como tal, viesse a ser transcendente. Assim, a região acabou por padecer de um vetor econômico que lhe permitisse pelo menos acompanhar o progresso de Minas Gerais e evitar o processo de empobrecimento relativo.

A cana de açúcar, que nas imediações de Ponte Nova, chegou a ter importância econômica que rivalizava com a do café, veio a entrar em declínio a partir dos anos 1970, quando perdeu a competitividade para as lavouras de São Paulo. Atualmente, a cana de açúcar ainda persiste com importância econômica restrita a poucos municípios, principalmente em Urucânia, que conserva a única remanescente das grandes usinas da região. Ainda na Microrregião de Ponte Nova, está instalado um importante polo de suinocultura, mas cuja cadeia produtiva é curta, envolvendo as fases de engorda, abate e industrialização da carne, o que é importante no aspecto industrial, com a geração de impostos e salários, mas de pouca horizontalidade rural, pois envolve poucos produtores; a avicultura está presente em alguns municípios, como São Miguel do Anta e Coimbra, mas também envolve poucos produtores.

Nos municípios que apresentam condições de temperatura e altitude favoráveis, como Ervália, por exemplo, a cultura do café sobreviveu e ganhou impulso a partir dos anos 1990, com incorporação de práticas mais tecnificadas de cultivo. Ainda assim, sem contar com a rentabilidade comparável ao que fora anteriormente.

O período de prosperidade ocasionado pelo café na Zona da Mata durou cerca de cinquenta anos apenas. Se esse período foi o bastante para promover a urbanização e uma industrialização significativa de Juiz de Fora, não possibilitou que esse desenvolvimento industrial alcançasse plenamente os municípios da porção sul, e quase nada na sua porção norte e nordeste.

3.5. A situação atual dos municípios do Território em estudo

Em geral, a conformação econômica em que está assentada a região não está sendo suficiente para promover a prosperidade social e econômica. Na realidade, esses municípios, considerados em seu conjunto, vêm sofrendo nas últimas décadas um processo contínuo de despovoamento. Para ilustração, enquanto no período de 1970-2010 o Estado de Minas Gerais contou com um crescimento populacional de cerca de 70%, os municípios desse Território, sofreram um decréscimo populacional de 10%, no mesmo período. Ou seja, isso significa que se os municípios apenas mantivessem o crescimento populacional vegetativo, sua população no ano de 2010 somaria 611.274 e não 302.926 habitantes como o ocorrido³.

Mas, não é só a situação de despovoamento que aí se destaca negativamente. Também é relevante o alto índice de pobreza que esse conjunto de municípios vem apresentando, o que os coloca, em termos de desenvolvimento social, mais próximos das regiões mais pobres, do que das mais prósperas do Estado de Minas Gerais. Ou seja, para uma região que em boa parte do Século XX foi a região mais rica do estado, essa é uma situação de descompasso, de perda relativa de dinâmica econômica.

E, tal como os municípios dessas regiões mais pobres, esses municípios do Território em estudo já estariam não só imersos em crises sociais, dada a piora dos níveis de pobreza, como também teriam, em maioria, a própria sustentabilidade econômica municipal comprometida não fossem os recursos advindos dos programas de transferências de renda do governo federal, nas suas diversas modalidades.

E esses são indícios claros de que os resultados econômicos da exploração agropecuária local não estão sendo suficientes para dinamizar a economia como seria de se esperar. De fato, indicadores de desenvolvimento social ruins são efeitos de situação de baixa densidade econômica, senão de decadência econômica, o que seria, a rigor, a definição mais realista para categorizar o Território em estudo.

A Estrada de Ferro Leopoldina, que ajudaria decisivamente a revolucionar a região no início, não chegou a criar uma malha ao ponto de integrar

toda a região de Viçosa e Ponte Nova, tanto quanto não representava, já quando inaugurada, uma ferrovia atualizada. Seu traçado sinuoso e de bitola estreita impunha-lhe severas restrições de capacidade e de velocidade, pelo que manteve-se viável economicamente apenas enquanto o café dava-lhe volume de carga e não exigia maior agilidade. Possivelmente, se a região continuasse a crescer e consolidasse uma economia pujante, a ferrovia teria de ser reformada, senão ela estrangulava o crescimento. Porém, como ocorreu uma decadência econômica, a ferrovia não só não melhorou quanto passou a operar em ociosidade, em contínuo declínio até inviabilizar-se como negócio, só não falindo porque o governo federal veio a encampá-la na década de 1950. Mas, nem a estatização reverteu seu processo de declínio: o tráfego de trens foi desativado totalmente no início da década de 1990.

Ou seja, com condições operacionais deficientes, a estrada de ferro não foi capaz de facilitar a implantação de outros eixos econômicos alternativos ao café. Provavelmente, se houvesse oferta de transporte ágil e de baixo custo algum negócio teria prosperado na região, aproveitando-se dos períodos de progresso econômico que aconteceram no país a partir dos anos de 1950.

No tocante às estradas de rodagem, a situação não foi muito melhor. Enquanto que estradas federais cortavam o leste da Zona da Mata desde a década de 1940, somente no final da década de 1970 é que houve uma ligação asfáltica entre a porção norte e sul, com a BR-120; e somente nos anos 2000, é que toda a região ficou interligada por asfalto.

Ou seja, a não ser muito recentemente, a região nunca contou, principalmente a região de Viçosa, desde os impactos positivos da ferrovia no Século XIX, com uma estrutura viária que lhe fosse favorável para se integrar com maior dinâmica à economia nacional.

Também é importante ressaltar o pouco legado cultural que a era do café deixou no território, principalmente tendo em vista a incorporação de imigrantes estrangeiros em sua população. Nesse caso, o território não foi tão beneficiado em termos de formação de capital social quanto ao ocorrido em outras regiões produtoras de café que receberam imigrantes, como o Sul de Minas ou São Paulo,

Em geral, a conformação econômica em que está assentada a região não está sendo suficiente para promover a prosperidade social e econômica. Na realidade, esses municípios, considerados em seu conjunto, vêm sofrendo nas últimas décadas um processo contínuo de despovoamento.

por exemplo. Nestas, as gerações posteriores dos imigrantes acabaram por ajudar a modificar o perfil das populações e moldaram toda uma nova sociedade, capaz de assumir a vanguarda nacional, tanto considerando o desenvolvimento da agropecuária, quanto do novo surto industrial que o país viveria a partir dos anos 1950. Mas, no Território a influência dos imigrantes no desenvolvimento da sociedade não aconteceu nessa proporção.

Mais especificamente, não se conseguiu formar aí capital social capaz de ajudar os municípios a enfrentarem a contento e com seus próprios meios, os desafios estruturais que a modernidade estava lhes colocando, como o planejamento urbano e a educação básica, por exemplo. A baixa densidade econômica no território pode ser creditada em grande medida à ineficiências nesses aspectos estruturais.

3.6. Panorama geral da região e a necessidade de uma ação conjunta estratégica

Em suma, a região abarca um conjunto de municípios de uma mesma origem e que viveu uma prosperidade temporária advinda da cultura do café, para a qual contribuíram condições históricas específicas. Atualmente encontra-se ainda à procura de uma vocação econômica que lhe permita um surto de progresso que traga soluções para a melhoria das condições de vida da sua população e que reverta uma persistente tendência ao declínio econômico.

Como visto, essa situação se dá principalmente porque a região ainda não conseguiu traduzir para a sua agropecuária vantagem econômica, tanto de sua posição geográfica privilegiada, no sentido de estar perto dos grandes centros de consumo do país, como também das suas características naturais de clima e solo, as quais, se não são as melhores do Estado, estão longe de serem as piores, virtude que, pelo menos, lhes possibilitariam algumas aptidões para uma agropecuária competitiva, de altos índices de produtividade, tal qual conseguem realizar as regiões mineiras mais prósperas.

Então, a subutilização econômica das terras pode ser considerada como o seu problema econômico de base. Isso se traduz em uma perda de oportunidade de geração de riqueza.

Portanto, é um primeiro passo obrigatório para avançar na reversão do quadro de anemia econômica territorial, o esforço para otimizar amplamente o uso econômico das terras. E a solução para isso é conhecida: aumentar a produtividade

e ganhar competitividade na agropecuária, primeiro; depois, dominar as cadeias produtivas de modo a processar e industrializar os produtos finais, procurando incorporar o maior valor agregado possível a esses produtos. O problema é como fazer isso acontecer.

Em regra, os municípios rurais, tais como a maioria do presente caso, alcançam a prosperidade na medida em que seus produtos rurais conseguem construir superávits em suas transações comerciais com outras regiões. Esses superávits é que formam a renda primária capaz de dar início a uma cadeia de eventos econômicos de geração de riquezas, com reflexos diretos nos respectivos núcleos urbanos. E esse processo de maior eficiência do uso da terra é conquistado, não através da inércia ou do acaso, mas unicamente pelo protagonismo e empreendedorismo do produtor rural. Se o produtor não estiver correspondendo, então ele deve ser induzido a esse comportamento.

A indústria poderá ser incentivada a ser instalada nos núcleos urbanos, mas é mais crível que isso aconteça em um contexto de complementaridade às cadeias produtivas ligadas ao setor rural local, através de agroindústria, do que de qualquer outra forma.

A questão que se coloca, então, é como esses municípios poderão enfrentar essa situação de forma prática e consistente, considerando as suas limitações, principalmente quanto a recursos orçamentários.

Essa é, pois, a oportunidade do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial que aqui se delineia; este poderá se constituir no primeiro passo para uma reação efetiva na medida em que pretende constituir um instrumento de política pública especialmente formulado, com o esforço intelectual e engajamento político suficientes.

É fato que se formou nesse Território um processo de decadência econômica de causalidade circular que tende a ser cumulativo e que dificilmente se romperá por si mesmo – deixada a situação como está esse quadro só tenderá ao pior.

Certamente, a situação pode ser revertida com uma ação decidida, esclarecida e objetiva. O conjunto de municípios em tela reúne potencialidades reais que podem ser aproveitadas para a criação de empregos e geração de valor, aumentando o leque de oportunidades econômicas que beneficiem diretamente os seus habitantes e contribuam para o bem comum.

4. Estudos e análises a serem realizados

Para elaboração do Plano Estratégico Desenvolvimento Econômico Territorial, os trabalhos se dividirão em três fases. A primeira será a fase preliminar, com a defini-

Primeira Fase:

- *Definição do plano de trabalho.*

Segunda Fase:

- *Avaliação de situação - Estudo da Realidade Urbana municipal:*

Relatório com análise dos indicadores sociais, econômicos e produtivos da população urbana; capital humano e capital social; população economicamente ativa; ocupação e desocupação; estrutura do emprego. As informações básicas serão obtidas de fontes secundárias (IBGE, CAGED) e primárias, através de levantamentos amostrais locais.

Este estudo analisará como os núcleos urbanos se estruturaram economicamente, como interação com a economia regional e nacional, e quais as potencialidades e dificuldades encontradas pelo empreendedorismo local. Serão realizadas entrevistas nos municípios e oficinas de discussão nas Associações Municipais (AMAPI e AMMAN).

- *Avaliação de situação - Estudo da Realidade Rural municipal:*

Estudo que sistematizará as informações relevantes para entendimento do quadro geral do setor rural municipal. O estudo considerará os seguintes indicadores: propriedades rurais, produção, produtividade, mão de obra disponível, estrutura fundiária, mapas de uso e ocupação do solo e áreas de interesse ambiental, mapas de aptidão agrícola das terras, infraestrutura viária, energia elétrica, mercados consumidores, identificação das deficiências de competitividade da produção agropecuária, dentre outros. As informações serão obtidas de fontes secundárias (IBGE, INPE, etc.) e primárias, através de levantamento de dados amostrais locais.

Este estudo analisará o setor rural dos municípios de maneira que a atividade agropecuária seja compreendida na interação de suas várias dimensões, considerando os aspectos físicos de solos, clima e relevo, produção e produtividade, mercados, vocação agrícola, mão de obra disponível, tradições e aspectos culturais, infraestrutura disponível e outros aspectos que impactam a realidade socioeconômica local.

- *Estudos diagnósticos prospectivos:*

Tendo por base os estudos de avaliação de situação, urbana e rural, serão realizadas análises para identificação das causalidades, condicionantes e

restrições que determinam o estágio atual de inserção econômica municipal. O estudo envolverá reflexões, debates e análises, a partir das discussões realizadas com as lideranças municipais, produtores, empresários e munícipes em geral interessados na causa, em oficinas públicas de discussão, nas Associações Municipais respectivas (AMAPI e AMMAN). Esse esforço conjunto visará a construção de uma visão estratégica plausível sobre e para o desenvolvimento dos municípios, com base num conjunto de cenários de possibilidades econômicas cabíveis para o território. Quais ações devem ser implementadas para alterar a realidade socioeconômica local? Qual desenvolvimento econômico é possível e desejável? Estas são algumas das questões que o Diagnóstico Prospectivo deverá abordar para o qual serão utilizados instrumentos de planejamento estratégico e análise prospectiva, como a Matriz SWOT e outros.

restrições que determinam o estágio atual de inserção econômica municipal. O estudo envolverá reflexões, debates e análises, a partir das discussões realizadas com as lideranças municipais, produtores, empresários e munícipes em geral interessados na causa, em oficinas públicas de discussão, nas Associações Municipais respectivas (AMAPI e AMMAN). Esse esforço conjunto visará a construção de uma visão estratégica plausível sobre e para o desenvolvimento dos municípios, com base num conjunto de cenários de possibilidades econômicas cabíveis para o território. Quais ações devem ser implementadas para alterar a realidade socioeconômica local? Qual desenvolvimento econômico é possível e desejável? Estas são algumas das questões que o Diagnóstico Prospectivo deverá abordar para o qual serão utilizados instrumentos de planejamento estratégico e análise prospectiva, como a Matriz SWOT e outros.

- *Estudos e análise sobre viabilidades de implantação de indústrias e de agroindústrias:*

Análises de cenários para viabilidade de implantação e/ou desenvolvimento de eixos econômicos, considerando particularmente a agroindústria, no sentido de consolidar cadeias produtivas já presentes na região (pecuária leiteira, por exemplo), e outras potencialmente promissoras, como a avicultura, visando elevar o valor agregado da produção agropecuária local, com potencial para gerar empregos e aumentar a arrecadação de impostos locais, além de induzir um ajustamento geral de competitividade na produção primária.

Estudo de cenários sobre a viabilidade de indústrias em geral nos núcleos urbanos, particularmente os empreendimentos sociais geradores de renda (cooperativas de trabalho, por exemplo) ou micro empreendimentos.

Terceira Fase:

- *Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Local*

Com base nos estudos de situação, nos resultados das discussões e sugestões levantadas será elaborado o conjunto de diretrizes que comporão o Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial, definindo as parcerias, o modo de ação, coordenação políticas e regulações que apoiem a atividade de negócios local.

5. Plano de Trabalho

5.1. Produto II: Avaliação de Situação - Estudo da Realidade Urbana

Sub-Coordenação: Marco Aurélio Marques Ferreira, D.S.

Adjuntos: Silvia H. Toyoshima, D.S.;

Elaine A. Fernandes, D.S.;

Karla M. D. Teixeira, Ph. D.

Apoio: Marjorie A. Sabioni Ferreira (Mestranda em Administração); Anderson de Oliveira Reis (Mestrando em Administração); 1 Estudante da Graduação

5.1.1. O Produto II deverá contemplar:

Indicadores - Relatório com análise dos indicadores dos dados sociais, econômicos e produtivos que retratem o processo de desenvolvimento dos municípios. Os dados a serem analisados referem-se a: a) aspectos demográficos; b) contas regionais (PIB, PIB per capita e seus desdobramentos setoriais); c) emprego e rendimento; d) indicadores de desenvolvimento industrial; e) crédito e financiamento; f) indicadores sociais (IDH, Índice de Gini e outros disponíveis); e, g) meio-ambiente.

Desenvolvimento Econômico - Relatório Técnico com análises sobre a estrutura e o desenvolvimento.

Identificação de arranjos produtivos locais.

5.1.2. Planejamento das atividades

Subproduto 1 - Dados secundários:

Parte I. Coleta dos Dados: Será coletado dados referentes a 2 períodos entre os anos de 2000 e 2013 (lógica de retrato, não de painel). No entanto, pode-se admitir também 3 ou mais períodos. As dimensões analisadas deverão conter variáveis que permitam uma análise comparativa, com a indicação de pelo menos 3 variáveis para cada dimensão. As dimensões que serão analisadas e as variáveis que serão coletadas são apresentadas na Quadro 1.

Parte II. Análise dos Dados Secundários e Relatório Técnico: Após a coleta e organização das variáveis serão realizadas as análises e o relatório técnico. Para isto serão apresentados quadros comparativos contendo a estatística descritiva dos dados e as variações entre os períodos analisados. Além disso, será realizada a análise de agrupamentos visando identificar as diferentes estruturas e níveis de desenvolvimento dos municípios, apresentando-os em forma de mapas para facilitar a visualização. Após a finalização das análises deverá ser feito o parecer técnico, para concluir esta etapa do relatório técnico.

Quadro 1 - Dimensões Analisadas e Indicação de Variáveis

Dimensão	Variáveis
Demográfico	População Rural e Urbana, Taxa de Urbanização, Área, Densidade Populacional, Estrato de Idade.
Educação	IMRS-Educação, IDEB, IDH-Educação, IFDM-Educação, Proporção do Número de Unidades Escolares.
Economia	PIB, PIB per Capita, ICMS Setorial, Valor Adicionado Fiscal (VAF) Setorial.
Renda e Emprego	Renda per capita, Quantidade de Vínculos Empregatícios por Setor, Rendimento per Capita.
Finanças	Orçamento Municipal, Receita Própria Municipal; Transferências Municipais, Receita Líquida per Capita, Índice Firjan Gestão Fiscal-Geral, IFGF-Receita Própria, IFGF-Gastos com Pessoal, IFGF-Investimentos, IFGF-Liquidez, IFGF-Custo da Dívida.
Desenvolvimento Industrial	Quantidade de Empresas por Setor.
Social	Quantidade de Moradores em Situação de Pobreza (Urbana e Rural), Porcentagem de Pessoas Dependentes de Idosos, Número de Famílias Beneficiadas com o Bolsa Família, Índice de Gini, IDHM.
Saúde	IMRS-Saúde, IDHM-Longevidade, IFDM-Saúde, Proporção da População Atendida pelo PSF.
Meio Ambiente	Percentual de Áreas Indígenas, Percentual de Áreas de Proteção Integral; Percentual de Cobertura Vegetal por Reflorestamento, Percentual da Cobertura Vegetal por Flora Nativa, Percentual da Cobertura Vegetal por Mata Atlântica, ICMS Recebido pelo Critério Ecológico da Lei Robin Hood.
Saneamento	Percentual da população que vive em domicílios com água encanada (%); Percentual da população com banheiro e coleta de esgoto (%); Percentual da população em domicílios com coleta de lixo (%); Proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.
Crédito e Financiamento	Agências bancárias. Cooperativas de crédito.

Fonte: Elaborado a partir das informações do PRODUTO II.

Subproduto 2 - Dados Primários:**Parte I. Coleta dos dados com Empresários:**

Para a identificação de oportunidades, competências locais, infraestrutura e arranjos locais, serão aplicados questionários simples, de 2 a 3 páginas, em cada um dos 33 municípios. O público-alvo será os empresários/empreendedores, porém, o questionário também será aplicado a membros de organizações sem fins lucrativos, com a finalidade de obter uma visão externa a dos empresários sobre o município.

Os questionários serão aplicados por um grupo de 5 a 10 integrantes a serem treinados (alunos da graduação e da pós-graduação). O tipo de amostragem será não probabilística, conglomerada-

da-sistemática. O Quadro 2 apresenta a quantidade de questionários que serão aplicados em cada um dos municípios.

O critério utilizado para indicar o número de questionários foi o seguinte recorte populacional: i) até 5 mil habitantes serão aplicados 5 questionários; ii) de 5 mil até 10 mil habitantes será aplicado 10 questionários; iii) de 10 mil até 15 mil habitantes será aplicado 15 questionários; e, iv) acima de 15 mil habitantes será aplicado 20 questionários. No total serão 4 recortes populacionais, sendo aplicado 365 questionários no conjunto dos 33 municípios.

O questionário buscará conhecer as características da economia local visando colaborar para

Quadro 2 - Municípios, População Residente e Número de Questionários

Municípios da AMMAN e AMAPI	População	Recorte Populacional	N. Questionários
Rio Doce	2465	Até 5 mil habitantes	5
Sem-Peixe	2847		
Pedra do Anta	3365		
Diogo de Vasconcelos	3848		
Acaiaca	3920		
Cajuri	4047		
Piedade de Ponte Nova	4062		
Santo Antônio do Grama	4085		
Oratórios	4493		
Canaã	4628		
Santa Cruz do Escalvado	4992		
Amparo do Serra	5053		
Dom Silvério	5196		
Barra Longa	6143		
São Miguel do Anta	6760		
Coimbra	7054	De 5 mil até 10 mil habitantes	10
Sericita	7128		
Araponga	8152		
São Pedro dos Ferros	8356		
Paula Cândido	9271		
Guaraciaba	10223	De 10 mil até 15 mil habitantes	15
Urucânia	10291		
Porto Firme	10417		
Teixeiras	11355		
Jequeri	12848		
Abre Campo	13311		
Rio Casca	14201		
Alvinópolis	15261		
Ervália	17946	Acima de 15 mil habitantes	20
Raul Soares	23818		
Mariana	54219		
Ponte Nova	57390		
Viçosa	72220		
Total	429365	4	365

Fonte: Elaborado a partir das informações municipais.

a elaboração de um plano estratégico realista, prático e exequível. Assim, o questionário abrangerá dimensões do tipo (Quadro 3).

Quadro 3 - Indicação das Dimensões para a Avaliação da Economia Local

Dimensão	Tópicos a Serem Abordados
Facilidades do Local (Pontos Fortes)	Salários competitivos, mão de obra qualificada, instituições de ensino e pesquisa, boa rede viária, segurança local, existência de firmas produtivas, proximidade de matéria-prima e de outros recursos naturais.
Obstáculos para o Crescimento (Pontos Fracos)	Piora da pobreza, procedimentos regulatórios locais complexos, infraestrutura inadequada, acesso limitado ao crédito, problemas de saúde afetando a mão de obra, índices de criminalidade elevados.
Condições Exógenas Favoráveis (Oportunidades)	Mudanças tecnológicas, incentivos fiscais e mudanças legais favoráveis, desenvolvimento socioeconômico, cenário político, expansão dos mercados, desenvolvimento de sistema de transporte na região da região (viário, ferroviário, aeroviário), mão de obra qualificada emergente. Organizações de treinamento e qualificação.
Tendências Exógenas Desfavoráveis (Ameaças)	Mudanças demográficas, diminuição dos negócios locais, regionais ou nacionais, perda de mercados implicando no fechamento de negócios, taxas de juros, de câmbio ou outros fatores macroeconômicos inibidores de investimentos, perda de mão de obra qualificada para outras áreas – emigração.

Fonte: Adaptado da metodologia do Banco Mundial, 2006.

Além disso, um levantamento sobre o ambiente que facilita os negócios locais, idealmente deve buscar obter as seguintes informações dos empresários:

Obter informações individuais sobre as empresas: à quanto tempo estão estabelecidos, número de empregados, suas habilidades, o que produzem, dados sobre sua cadeia de fornecimento e de exportação;

Estabelecer o que a comunidade empresarial acha que são os seus principais pontos fortes, fracos, oportunidades e as ameaças que a área enfrenta;

Estabelecer os tipos de problemas que os empresários enfrentam quando lidam com a Prefeitura e/ou outras instâncias do governo;

Perguntar quais são as necessidades dos empresários e quais ideias eles podem trazer para a agenda do desenvolvimento econômico local; e,

Estabelecer contato com os empresários locais para garantir que uma relação de negócios contínua seja consolidada com a equipe (BANCO MUNDIAL, 2006).

Parte II. Coleta dos dados com os Gestores

Públicos: A coleta de informações com os prefeitos se dará nos eventos regionais. Deverão ser realizadas entrevistas gravadas, com duração prevista de 20 minutos. Para isto será elaborado um roteiro de 1 página, envolvendo poucas perguntas padronizadas, versando sobre dimensões estratégicas que permeiam a capacidade de intervenção da Administração Pública, a exemplo de: contexto político; realidade econômica, capacidade financeira e orçamentária, redes de desenvolvimento, limitações observadas, ações conjuntas regionais.

Devem ser incorporadas como fontes de dados, para análises qualitativas, as informações geradas nas oficinas realizadas conforme proposto no projeto.

5.1.3. Organização das atividades:

Sub produto 1: Dados Secundários è Coletar – Padronizar – Analisar e interpretar

Sub produto 2: Dados primários è Montar os questionários – Treinar os aplicadores – Agendar a Aplicação – Aplicar – Tabular – Analisar e interpretar

Bibliografia: BANCO MUNDIAL. Desenvolvimento Econômico Local: um Manual para a Implementação de Estratégias para o Desenvolvimento Econômico Local e Planos de Ação. 2006.

5.2. Produto III: Avaliação de Situação - Estudo da Realidade Rural

Sub-Coordenação: Marcelo José Braga, D.S.

Adjuntos: Evandro Camargos Teixeira, D.S.; Rita de Cássia Pereira Farias, D.S.; Alan Ferreira de Freitas, M.S.

Apoio: Maria Cristina Cupertino, M.S.; Tamires Mascarenhas de Vilhena, Mestranda em Economia Aplicada.

5.2.4. O Produto III deverá contemplar:

- Pesquisa sobre o perfil das propriedades rurais produtivas do território, através de levantamentos de dados locais amostrais;
- Análise empírica do meio físico, condições ambientais e configuração espacial municipal;
- Análise crítica das condições dos sistemas viários rurais;
- Estudo da produção, produtividade e mercados rurais;
- Estudo de estrutura fundiária;
- Caracterização do modo de vida da família rural e urbana em seus aspectos culturais e identitários.

5.2.5. Objetivos:

- Descrever a evolução das áreas totais plantadas e do valor total da produção das culturas permanentes e temporárias nos municípios, entre 1990 e 2013;
- Verificar as alterações da composição da produção das principais lavouras permanentes e temporárias nos municípios, entre 1990 e 2013;
- Descrever a evolução dos principais efetivos animais e do valor total da produção animal nos municípios, entre 1990 e 2013;
- Descrever a evolução do número de vacas ordenhadas, da produção de leite e da produtividade leiteira nos municípios entre 1990 e 2013;
- Descrever a evolução do plantel de aves de corte e postura e da postura de ovos nos municípios, entre 1990 e 2013;
- Descrever a evolução do valor total das operações de financiamento agropecuário, com recursos do PRONAF, nos municípios, entre 1990 e 2013;
- Descrever a evolução do valor total das operações de financiamento de atividades selecionadas, com recursos do PRONAF, nos municípios, entre 1990 e 2013.

5.2.6. Variáveis e fontes de dados:

A metodologia de elaboração do estudo consistirá, basicamente, em manipulação de dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção Pecuária Municipal (PPM), disponibilizados eletronicamente no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados serão coletados para todos os municípios que compõem o Território estudado. Todos os valores monetários serão transformados em reais e atualizados segundo o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Outra fonte de informação que será utilizada neste estudo, também proveniente do IBGE, é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

A pesquisa de dados primários consistirá no levantamento amostral, nos municípios que compõem o Território estudado, visando ao levantamento do perfil das propriedades rurais produtivas e a caracterização do modo de vida da família rural e urbana em seus aspectos culturais e identitários.

Devem ser incorporadas como fontes de dados, para análises qualitativas, as informações geradas nas oficinas realizadas conforme proposto no projeto.

5.3. Produto IV: Estudos Diagnósticos Prospectivos

Sub-Coordenação: Sílvia Harumi Toyoshima, D.S.

Adjuntos: Marco Aurélio Marques Ferreira, D.S.; Marcelo José Braga, D.S.; Elaine Aparecida Fernandes, D. S.; Karla Maria Damiano Teixeira, PhD; Rita Pereira Farias, D.S.

Apoio: 1 Estagiário

5.3.7. O produto IV deverá contemplar:

Análises para identificação das causalidades, condicionantes e restrições que determinam o estágio atual de inserção econômica municipal.

Elaboração de diagnóstico prospectivo, a partir de uma visão estratégica plausível sobre e para o desenvolvimento dos municípios, com base num conjunto de cenários de possibilidades econômicas cabíveis para o território.

5.3.8. Objetivos:

- Identificar quais ações devem ser implementadas para alterar a realidade socioeconômica local;
- Elaborar o Diagnóstico Prospectivo

5.3.9. Variáveis e fontes de dados

- A metodologia de elaboração do estudo consistirá, basicamente, análise de dados secundários. Constituirão fontes de informação fundamentais para este estudo os Estudos da Realidade Urbana Municipal (Produto II) os estudos da Realidade Rural Municipal (Produto III).
- Visando a construção de uma visão estratégica plausível sobre e para o desenvolvimento dos municípios, com base num conjunto de cenários de possibilidades econômicas cabíveis para o território, o estudo envolverá reflexões, debates e análises, a partir das discussões realizadas com as lideranças municipais, produtores, empresários e munícipes em geral, em oficinas públicas de discussão, nas Associações Municipais respectivas (AMAPI e AMMAN). Serão utilizados instrumentos de planejamento estratégico e análise prospectiva, como a Matriz SWOT, entre outros.

5.4. Produto V: – Estudo e Análise sobre viabilidade de implantação de Agroindústrias

Sub-Coordenação: Marcelo José Braga, D.S.

Adjuntos: Evandro Camargos Teixeira, D.S.; Ronaldo Perez, D.S.; Luiz Antônio Abrantes, D. S.; Alan Ferreira de Freitas, M.S.

Apoio: Maria Cristina Cupertino, M.S.; Tamires Mascarenhas de Vilhena, Mestranda em Economia Aplicada.

5.4.10. O Produto V deverá contemplar:

Análises de cenários para viabilidade de implantação e/ou desenvolvimento de eixos econômicos, considerando particularmente a agroindústria, no sentido de consolidar cadeias produtivas já presentes na região (pecuária leiteira, por exemplo), e outras potencialmente promissoras, como a avicultura, visando elevar o valor agregado da produção agropecuária local, com potencial para gerar empregos e aumentar a arrecadação de impostos locais, além de induzir um ajustamento geral de competitividade na produção primária.

Estudo de cenários sobre a viabilidade de indústrias em geral nos núcleos urbanos, particularmente os empreendimentos sociais geradores de renda (cooperativas de trabalho, por exemplo) ou micro empreendimentos.

A partir dos estudos resultantes dos Produtos II e III, além dos estudos dos diagnósticos prospectivos, desenvolver-se-ão as análises de cenários para viabilidade de implantação e/ou desenvolvimento de eixos econômicos considerando as cadeias produtivas existentes no Território conformado pelos 33 municípios estudados e Arranjos Produtivos Locais (APL), em geral.

Serão realizadas análises de cenários de viabilidade e oportunidade de implantação de Agroindústria, além de análises de viabilidade e oportunidade de implantação de indústrias urbanas e empreendimentos sociais geradores de renda.

5.4.11. Objetivos:

Analisar as cadeias produtivas presentes e os Arranjos Produtivos Locais (APLs) em geral, considerando a situação atual, as deficiências e potencialidades;

Proceder análises de cenários para viabilidade e oportunidade de implantação de Agroindústria, de indústrias urbanas e empreendimentos sociais geradores de renda.

5.4.12. Variáveis e fontes de dados

A metodologia de elaboração do estudo consistirá, basicamente, análise de dados secundários. Levantamento amostral de dados primários a partir de levantamento de campo para identificação de situação das cadeias produtivas locais e APLs.

Constituirão fontes de informação fundamentais para este estudo os Estudos da Realidade Urbana Municipal (Produto II) os estudos da Realidade Rural Municipal (Produto III). Além desses constituirão bases de dados para este estudo os resultados do Diagnóstico Prospectivo (Produto IV) do projeto e, para análises qualitativas, as informações geradas nas oficinas realizadas conforme proposto no projeto.

5.5. Produto VI: Plano Estratégico de Desenvolvimento Local

Sub-Coordenação: Erly Cardoso Teixeira, PhD.

Adjuntos: Marco Aurélio Marques Ferreira, D.S.; Marcelo José Braga, D.S.; Elaine Aparecida Fernandes, D. S.; Karla Maria Damiano Teixeira, PhD; Rita Pereira Farias, D.S.

Apoio: 1 Estagiário

5.5.13. O Produto VI deverá contemplar:

Relatório final

Governança local: Atividade “oficinas”

Organizadores: AMAPI e AMMAN; Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização - ALMG

Equipe do IPPDS: Suely de Fátima Ramos Silveira, DS; professora do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa; Bruno Tavares, DS: professor do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa; Alan Ferreira de Freitas, MS: professor do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa; Alice Rosado Andrade, Mestranda do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa; Myriam Marta Soares de Mello, Contadora, Pesquisadora Projeto Política Pública Projeto Microcrédito - PRONAF; Bolsista de Apoio Técnico da FAPEMIG, Universidade Federal de Viçosa; Jéssica Natália da Silva; Graduanda, Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa.

Objeto da proposta: Dinâmica das Oficinas para subsidiar a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET); A provisão da infraestrutura para realização das oficinas deve ser de responsabilidade das associações AMAPI e AMMAN em parceria com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização - ALMG

Finalidade: levantamento de informações, sugestões, ideias, visando a participação política e social, tendo-se como diretriz que os resultados da dinâmica proposta deve fornecer subsídios para:

Formulação do PEDET, a partir da participação cidadã;

Identificação de objetivos coletivos a serem buscados cooperativamente por meio da ação conjunta de organizações não governamentais, empresas privadas e poder público (de todos os níveis da federação)⁴.

Dinâmica: a dinâmica sugerida está fun-

damentada na governança territorial democrática. Esta perspectiva fundamenta-se no retorno à aproximação entre a política e a administração pública, tendo o foco na discussão sobre a relação entre os interesses sociais e a ação política. O contexto de múltiplos atores atuando coletivamente para a construção do bem comum evidencia a relevância da organização policêntrica, apontando para a abertura de espaços onde são apresentados e debatidos múltiplos interesses.

Plenária: palestra destacando os elementos do desenvolvimento local participativo, e a importância da participação dos agentes locais para subsidiar os estudos Avaliação de situação - Estudo da **Realidade Urbana municipal** e Estudo da **Realidade Rural municipal**, que constituirão os dois eixos de discussão.

Construção da visão de futuro: os participantes deverão indicar o futuro desejado para o município e para a região.

Método: “Meu município e minha região no ano de 2025?”

Análise situacional: os participantes deverão identificar os fatores locais de desenvolvimento, destacando os elementos nos quais o desenvolvimento pode se fundamentar e quais aqueles que devem ser superados, tendo em vista o desenvolvimento desejado e manifestado na etapa anterior.

Método: construção coletiva da matriz de situação do município (Quadro 1) considerando os fatores que conduzem ou favorecem e os fatores que inibem o desenvolvimento dos municípios.

Identificação de prioridades: No quadrante 01 são apresentados os elementos a partir dos quais os agentes poderão refletir, agir e utilizar como apoio para o desenvolvimento. As prioridades a serem discutidas devem se basear nos quadrantes 02 e 04. Os participantes deverão ordenar as situações apresentadas segundo a prioridade.

Método: votação entre os presentes.

Mapeamento da governança estrutural: os participantes, a partir da discussão, deverão identificar as entidades (organizações privadas, do setor público e organizações sociais) e as respectivas funções e importância para o desenvolvimento econômico local. Trata-se de identificar manifestações objetivas da contribuição da ação das diferentes entidades.

Método: discussão entre os participantes para a identificação de atores cuja atuação seja relevante para as diferentes temáticas prioritárias. A relação dos atores e suas funções permitirá visualizar os potenciais nós das redes, isto é, os principais atores cujas ações se dirigem para finalidades semelhantes ou complementares.

Ações coletivas potenciais: identificar os eventos (atividades) a serem empreendidas e as ações por meio das quais as entidades participantes poderão contribuir para desencadear o desenvolvimento local. Como forma de condução da atividade propõe-se uma espiral, ou seja, as prioridades seriam discutidas uma a uma, colocando em discussão os processos e os desejos de cada uma. Assim, uma prioridade só será colada em discussão quando finalizar aquela que se encontra em debate e assim sucessivamente.

Apresentação conjunta na plenária: Apresentar as discussões feitas em cada sala, por prioridade, com um foco mais geral. Esta apresentação poderá ser conduzida pelo mediador do eixo de modo a garantir a objetividade. Sugere-se que a estrutura de apresentação siga o seguinte modelo:

Programas: diz respeito ao modo como os temas prioritários serão trabalhados. Para cada tema prioritário a elaboração de um programa

Processo: diz respeito às ações dos programas (evento). As ações propostas devem considerar, além das atividades em si, as organizações responsáveis (atores) e o prazo realístico para sua realização.

Quadro 1: Matriz de Situação do Município

		Situação do município	
		Ausentes	Presentes
Fatores de Desenvolvimento	Favorecem	<p>Quadrante 2: Construções necessárias Elementos a serem desenvolvidos no local</p>	<p>Quadrante 1: Pontos fortes que podemos explorar Forças locais que poderão sustentar as demais</p>
	Inibem	<p>Quadrante 3: Resistência e monitoramento Elementos que podem ser ignorados, ainda que monitorados</p>	<p>Quadrante 4: Pontos fracos que precisamos superar Situações problema que deverão ser resolvidas</p>

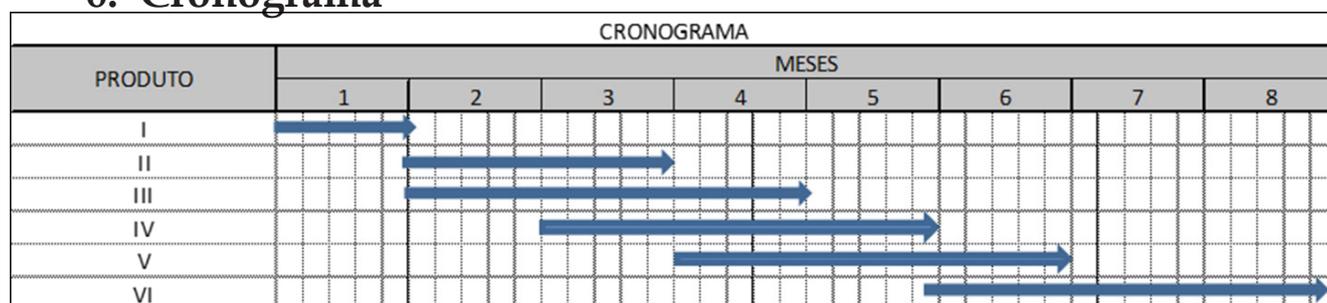
Resultados Esperados: devem corresponder ao desejo de mudança, preferencialmente devem considerar realidades passíveis de observação e constatação, preferencialmente mensuráveis.

Agenda de eventos: programa-se a realização de quatro eventos segundo o desenvolvimento dos produtos propostos e a necessidade de feedback para todos os interessados.

Quadro 2: Agenda de Eventos

Data	Local	Temática	Objetivo
09/07/2014	AMAPI	Apresentação e discussão do PEDET; Oficinas de discussão fundamentadas em dois eixos: realidade urbana municipal e realidade rural municipal.	Gerar informações, sugestões, ideias, por meio da participação política e social; Subsidiar produtos I e II
16/07/2014	UFV/ IPPDS/ AMMAN	Apresentação e discussão do PEDET; Oficinas de discussão fundamentadas em dois eixos: realidade urbana municipal e realidade rural municipal.	Gerar informações, sugestões, ideias, por meio da participação política e social; Subsidiar produtos I e II
03/09/2014	AMAPI	Apresentação e discussão dos principais resultados dos estudos de realidade urbana municipal e realidade rural municipal. Validação de dados	Gerar informação a partir do público interessado; Obter feedback; Subsidiar produtos IV e V
30/01/2015	UFV/ IPPDS	Seminário de Desenvolvimento Local Sustentável: Técnico	Apresentar principais resultados e proposta do PEDET.

6. Cronograma



Viçosa, 20 de junho de 2014
 Suely de Fátima Ramos Silveira
 (Coordenadora Técnica)
 Universidade Federal de Viçosa
 Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

Notas:

1. No caso do Município de Mariana, essa identificação se dá marginalmente, abrangendo a sua área rural, localizada ao sul e a sudeste do município.
2. "Os Sertões do Leste - Estudo de uma região: a Mata Mineira", Paulo Mercadante, 1973, Zahar Editores,
3. Esse cálculo exclui os municípios de Viçosa e Mariana, que tiveram expressivos crescimentos populacionais no período, mas por razões diferentes e independentes da dinâmica econômica da região: o primeiro em função dos investimentos do governo federal na ampliação da UFV, e o segundo, em razão dos investimentos da mineradora Vale na ampliação da produção de minério de ferro.
4. Refere-se a inserção das prefeituras, dos órgãos do Estado, de órgãos Federais, Agências, e outros órgãos públicos.

